



# Relatório Diálogos Regionais sobre Capital Natural e a Biodiversidade



**Projeto Diálogo Regional sobre Capital Natural e a Biodiversidade**

Executado pela ONG Palmeirinha

## Sumário

Sumário .....	2
<b>1. Contexto e Justificação .....</b>	<b>3</b>
<b>2. Situação geográfica da Guiné-Bissau .....</b>	<b>4</b>
<b>3. O que é Capital Natural? .....</b>	<b>6</b>
<b>4. Estratégias adotadas para realizar diálogos regionais sobre Capital Natural e a Biodiversidade .....</b>	<b>7</b>
<b>5. Participantes.....</b>	<b>8</b>
<b>6. Resultados atingidos .....</b>	<b>13</b>
<b>7. Papel da Biodiversidade para as comunidades, ameaças e ações para garantir a sua sustentabilidade para as gerações presentes e futuras .....</b>	<b>14</b>
<b>8. Zonas Húmidas, um Capital Natural para conservação da Biodiversidade .....</b>	<b>15</b>
<b>9. Leis florestais suas contribuições na conservação da biodiversidade em benefício das populações locais.....</b>	<b>16</b>
<b>10. Mudanças Climáticas Ameaçam Capital Natural e a Biodiversidade.....</b>	<b>16</b>
<b>11. Conclusões .....</b>	<b>17</b>
<b>12. Recomendações diálogos Regionais sobre Capital Natural e a Biodiversidade .....</b>	<b>18</b>
<b>12.1. As autoridades locais, religiosos e tradicionais.....</b>	<b>18</b>
<b>12.2. Ao Ministério de Educação.....</b>	<b>19</b>
<b>12.3. Ao Ministério de Agricultura e Floresta .....</b>	<b>19</b>
<b>12.4. Ao Ministério de Ambiente e a Biodiversidade .....</b>	<b>19</b>
<b>12.5. As Organizações não Governamentais, a Sociedade Civil, associações juvenis e as comunidades .....</b>	<b>20</b>
<b>12.6. Aos órgãos de comunicação sociais.....</b>	<b>20</b>
<b>13. Recomendações Diálogos Regionais sobre Capital Natural e a Biodiversidade no Sector Autónomo de Bissau.....</b>	<b>20</b>
<b>13.1. Ao Ministério de Agricultura e floresta.....</b>	<b>20</b>
<b>13.2. Ao Ministério de Educação Nacional .....</b>	<b>21</b>
<b>13.3. Às ONG's, Associações e Sociedade Civil.....</b>	<b>21</b>
<b>13.4. Às comunidades locais .....</b>	<b>21</b>
<b>13.5. Ao Ministério do Ambiente e Biodiversidade .....</b>	<b>22</b>
<b>13.6. Ao Ministério de Administração e Poder local .....</b>	<b>22</b>
<b>13.7. Às Rádios Comunitárias, privadas e comerciais, Televisão e jornais .....</b>	<b>22</b>
<b>14. Agradecimento.....</b>	<b>22</b>
<b>15. Anexos.....</b>	<b>24</b>

## 1. Contexto e Justificação

O projeto Dialogo Regional sobre capital natural e a biodiversidade realizado nas 8 regiões, incluindo Sector Autónomo de Bissau e financiado pelo Programa de Pequenas Subvenções do PNUD, através do fundo MAVA, executado pela ONG Palmerinha, tem como objectivo global contribuir no dialogo nacional em relação ao Capital Natural e a Biodiversidade da Guiné-Bissau e os impactos climáticos sobre os recursos naturais finitos e renováveis para um desenvolvimento social, económico e ecológico sustentável.

Estes diálogos regionais, permitiram aumentar conhecimentos das populações participantes nesses diálogos sobre os benefícios da Biodiversidade para as comunidades, principalmente no tecido social, económico e ambiental, bem como os impactos das Mudanças Climáticas no que tange os ecossistemas ambientais e nos grupos mais vulneráveis na nossa sociedade guineense (as mulheres e crianças) e as infraestruturas sociais.

Para a realização destes diálogos regionais, foram definidas as seguintes metodologias e estratégias de mobilização:

1. Advocacia junto dos tomadores de decisão a nível de cada região;
2. O envolvimento dos chefes tradicionais e religiosos, as ONG's Locais, associações de mulheres, jovens, rádios comunitárias, atores da conservação das Áreas Protegidas e as comunidades (utilizadores dos recursos naturais e a biodiversidade)
3. Utilização de vídeos sobre crimes ambientais cometidos sobre exploração dos recursos naturais renováveis e não renováveis em algumas regiões do mundo e do País.
4. Filmagem e Produção de vídeo para capitalização da experiência dos Diálogos Regionais sobre Capital Natural e a Biodiversidade.

Também durante os diálogos, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis 2030 foram tidos em conta com o intuito de capacitar e de reforçar a informação aos participantes com vista a aumentar os seus conhecimentos no acompanhamento e na avaliação de cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, quer no seio das comunidades, quer no seio das instituições.

Os objetivos primordiais destes diálogos regionais visam fortalecer as comunidades do Sector Autónomo de Bissau sobre os benefícios da biodiversidade, do Capital Natural e dos impactos das Mudanças Climáticas sobre a Biodiversidade e os ecossistemas terrestres e marinhos;

- Reforçar a sensibilização sobre a importância das Áreas Protegidas, como estoques dos recursos naturais e a biodiversidade para os benefícios das comunidades locais;
- Discutir com representantes das comunidades participantes sobre o papel dos ecossistemas e as ameaças que pesam sobre os mesmos através das ações humanas;

- Identificar as ações e as medidas que as comunidades e as instituições podem adotar para minimizar os impactos negativos que pesam sobre os recursos naturais e a biodiversidade;

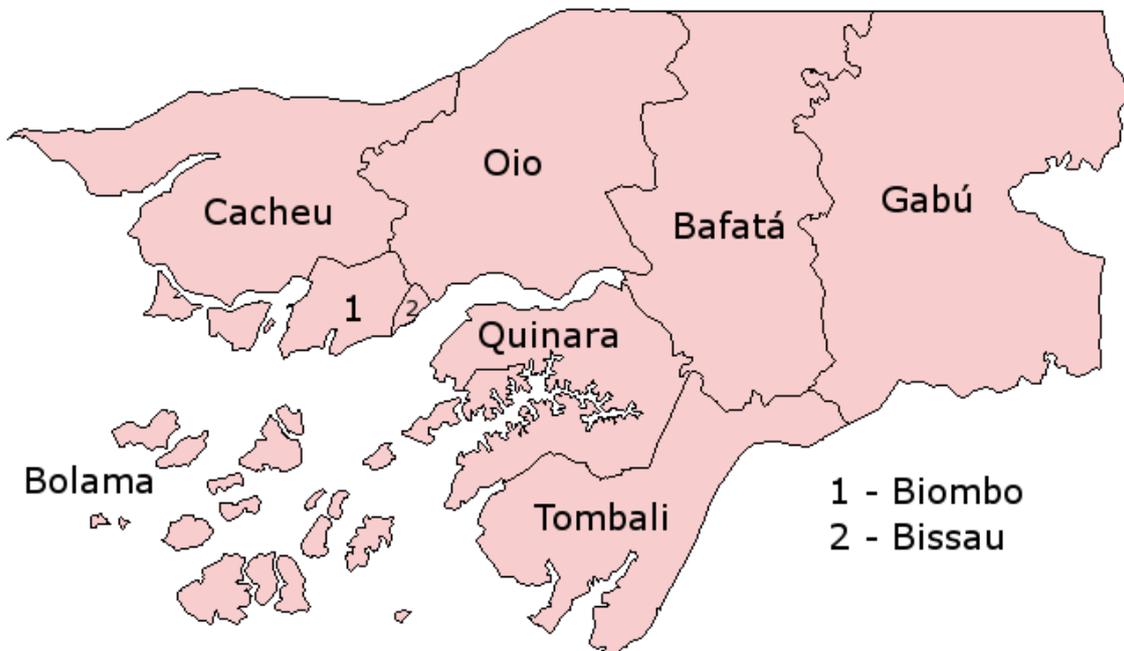
E por último, contribuir para o Diálogo Nacional sobre a valorização da Biodiversidade, mobilizando diferentes camadas sociais em torno deste tema e da ameaça das Mudanças Climáticas nos tecidos sociais, económicos e ambientais.

## 2. Situação geográfica da Guiné-Bissau

Guiné-Bissau, situada aproximadamente a meia distância entre o Equador e o Trópico de Câncer, tem clima tropical, caracteristicamente quente e húmido. Há duas estações distintas: a estação das chuvas e a estação seca. O território insular, composto por mais de 80 ilhas, exhibe algumas das melhores praias da África Ocidental.

A estação das chuvas estende-se de meados de junho até meados de outubro, com maior pluviosidade em julho e agosto. A estação seca corresponde aos restantes meses do ano. Os meses de dezembro e janeiro são os mais frescos. No entanto, as temperaturas são muito elevadas durante todo o ano.

O País conta atualmente com 8 Áreas Protegidas e 2 Corredores de fauna de grande porte, com diferentes tipologias de conservação, destacando-se a Reserva da Biosfera do Arquipélago dos Bijagós, classificada pela UNESCO em 1996.



A Guiné-Bissau é dividida em oito regiões e um sector autónomo:

- Bafatá (capital: Bafatá)

- Biombo (capital: Quinhamel)
- Sector autónomo de Bissau (Capital: Bissau)
- Bolama (capital: Bolama)
- Cacheu (capital: Cacheu)
- Gabu (capital: Gabu)
- Oio (capital: Farim)
- Quinara (capital: Buba)
- Tombali (capital: Catió).

O País dispõe de enormes recursos naturais renováveis e não renováveis e uma biodiversidade invejável na sub-região. Esses recursos naturais ou “Capital natural” são o solo, água, ar, floresta, fauna e avifauna, minérios (areia, fosfato, bauxite), petróleo, mangais, mares e rios, que produzem o fluxo de bens e serviços para a sociedade por meio de serviços dos ecossistemas.

A biodiversidade apresenta importância ambiental, econômica, social e até mesmo cultural. No que diz respeito às funções ambientais, não podemos nos esquecer de que ela é essencial para o funcionamento e equilíbrio de todos os ecossistemas do planeta. Como sabemos, todos os seres vivos participam de alguma forma da cadeia alimentar, e a retirada de um organismo pode desencadear desequilíbrio ecológico. Além disso, outras relações entre os seres vivos são importantes. Por exemplo, sem polinizadores, muitas espécies deixariam de existir.

### 3. O que é Capital Natural?

**Capital Natural:** é definido como o estoque de recursos naturais (água, ar, solo, fauna, flora, etc.) que produz o fluxo de bens e serviços para a sociedade por meio de serviços dos ecossistemas.



**Capital Natural “zona húmida “**

**Biodiversidade:** conjunto de variedade de espécies animais e vegetais que existem no Meio Ambiente.

**Ecossistema:** conjunto de comunidades que vivem em um determinado local e interagem entre si e com o meio ambiente.



**Protocolo sobre Capital Natural:** é um documento padronizado que permite as empresas a compreensão das suas relações com a Natureza de forma sistemática e mitigarem os riscos associados com a degradação Ambiental.

**Mudanças Climáticas:** ao conjunto de alterações no clima global que ocorrem como resultado de interferências que tanto podem ter origem natural, como alterações na radiação solar e dos movimentos orbitais da Terra, quanto de atividades humanas, com emissões

**Acordo de Paris:** um compromisso mundial sobre as alterações climáticas e prevê metas para a redução da emissão de gases do efeito estufa. O Acordo de Paris foi assinado por 195 países com o objetivo de conter o aumento do aquecimento global.

**Contribuição Nacional Determinada:** documento que registra os principais compromissos dos governos para o futuro acordo climático que foi negociado e aprovado, em Paris.

**Mercado de Carbono:** negociação de títulos relacionados ao direito de emitir quantidade pré-determinada de GEE. Nos mercados não voluntários, o governo define limites de emissões dessas substâncias para setores produtivos e empresas.

#### 4. Estratégias adotadas para realizar diálogos regionais sobre Capital Natural e a Biodiversidade

Para realização dos diálogos regionais supracitados foram definidas as seguintes estratégias com vista permitir o enquadramento dos participantes sobre Capital Natural e a Biodiversidade:

- advocacia junto das autoridades regionais no sentido de facilitar o referido diálogo nas suas áreas de jurisdição e nos contactos às diferentes instituições sediada na Região;

- envolvimento dos chefes tradicionais e religiosos, as ONG \*s locais, associações de mulheres, jovens, rádios comunitárias, atores da conservação das Áreas Protegidas e as comunidades (utilizadores dos recursos naturais e a biodiversidade) no diálogo regional sobre Capital Natural e a Biodiversidade;
- utilização de vídeos sobre crimes ambientais cometidos sobre exploração dos recursos naturais renováveis e não renováveis em algumas regiões do mundo, com destaque exploração do petróleo e gás no meio marinho e ameaça a biodiversidade marinha
- produção de um vídeo para capitalização da experiência dos diálogos regionais sobre Capital Natural e a Biodiversidade.

## 5. Participantes

Os diálogos Regionais sobre Capital Natural e a Biodiversidade”, tiveram lugar durante os meses de Outubro a Dezembro do corrente ano, com o apoio financeiro do Programa de Pequenas Subvenções, Fundo Global do Ambiente, PNUD e a Fundação MAVA em 8 regiões do País, incluindo Sector Autónomo de Bissau, nos quais participaram diferentes instituições publicas e privadas, associações juvenis, representantes da sociedade civil, as ONG’s , Associações de grupos interesses económicos, acores de conservação das Áreas Protegidas, representantes das rádios comunitárias, poderes religiosos, régulos e representantes de comunidades locais, num total de **270** pessoas.



**Foto 1: Participantes do diálogo regional sobre Capital Natural e a Biodiversidade em Catió**



**Foto 2: Participantes do diálogo regional sobre Capital Natural e a Biodiversidade em Bubaque**



**Foto 3: Participantes do diálogo regional sobre Capital Natural e a Biodiversidade em Gabu**



**Foto 4: Participantes do diálogo regional sobre Capital Natural e a Biodiversidade em Buba**



**Foto 5: Participantes do diálogo regional sobre Capital Natural e a Biodiversidade em Bafata**



**Foto 6: Participantes do diálogo regional sobre Capital Natural e a Biodiversidade em Cacheu.**



**Foto 7: Participantes do diálogo regional sobre Capital Natural e a Biodiversidade em Djalicunda-Oio**



**Foto 8: Participantes do diálogo regional sobre Capital Natural e a Biodiversidade em Quinhamel**



**Foto 9: Participantes do diálogo regional sobre Capital Natural e a Biodiversidade em Bissau**

## 6. Resultados atingidos

Os diálogos regionais sobre Capital Natural e a Biodiversidade realizados em 8 regiões do País incluindo Sector Autónomo de Bissau, permitiram alcançar os seguintes resultados e indicadores:

O envolvimento de diferentes instituições públicas e privadas, associações juvenis, representantes da sociedade civil, as ONG's, Associações de grupos interesses económicos, actores de conservação das Áreas Protegidas, representantes das rádios comunitárias, poderes religiosos, régulos e representantes de comunidades locais, num total de **291** pessoas, no Diálogo Regional sobre Capital Natural e a Biodiversidade, Mudanças Climáticas e Contribuição Nacional e Determinada em 8 Regiões do País;

-Os participantes aumentam os conhecimentos sobre o valor de capital natural e a biodiversidade e serviços dos ecossistemas para melhoria de suas condições de vida e os impactos negativos das Mudanças Climáticas no tecido social, económico e ecológico.

Os participantes contribuíram na identificação das ações e as medidas que por eles podem adotar para minimizar os impactos negativos que pesam sobre o capital natural, a biodiversidade e os impactos das mudanças climáticas no tecido social, económico e ecológico.;

Os participantes aumentam os conhecimentos sobre Acordo de Paris e a Contribuição Nacional Determinada (CND) do Governo da Guiné-Bissau para redução de emissão de Gases de Efeitos de Estufa à 30%, durante COP 26;

Os participantes dos diálogos regionais sobre capital natural e s biodiversidade manifestaram interesse em prosseguir diálogos regionais sobre capital natural nas suas comunidades com vista a contribuir na resolução dos problemas ambientais que afetam a biodiversidade e ecossistemas terrestres e marinhos e na redução da perda da biodiversidade e habitats, e, contribuir no Diálogo Nacional para valorização da Biodiversidade;

Os participantes contribuíram na identificação das ações e as medidas que por eles podem adotar para minimizar os impactos negativos que pesam sobre os recursos naturais, a biodiversidade e as mudanças climáticas.

Os participantes aumentam os seus conhecimentos sobre as Convenções Internacionais, por exemplo, Convenção sobre Diversidade Biológica, Convenção sobre as Mudanças Climáticas e Convenção sobre Desertificação e as Leis do Ambiente e Florestais e seus benefícios indiretos para as populações, quer humana, quer animais

Os participantes aumentam os seus conhecimentos sobre o papel das Zonas Húmidas na Conservação da Biodiversidade e as ameaças que pesam sobre ela em detrimento pelas ações humanas (construção de habitações e infraestruturas comerciais).

## 7. Papel da Biodiversidade para as comunidades, ameaças e ações para garantir a sua sustentabilidade para as gerações presentes e futuras

A biodiversidade apresenta importância ambiental, económica, social e até mesmo cultural. No que diz respeito às funções ambientais, não podemos esquecer de que ela é essencial para o funcionamento e equilíbrio de todos os ecossistemas do nosso querido planeta. Como sabemos, todos os seres vivos participam de alguma forma da cadeia alimentar, e a retirada de um organismo pode desencadear desequilíbrio ecológico. Além disso, outras relações entre os seres vivos são importantes. Por exemplo, sem polinizadores como as abelhas e as moscas), muitas espécies deixariam de existir.

No que concerne os serviços dos ecossistemas e os seus benefícios para as populações, os participantes foram munidos de conhecimentos sobre o papel dos ecossistemas, nomeadamente:

<b>Serviços de produção e de fornecimento</b>	<b>Serviços de regulação</b>	<b>Serviços culturais</b>	<b>Serviço suporte</b>
Bens produzidos pelos ecossistemas: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Água potável</li> <li>▪ Alimento</li> <li>Matéria prima (lenha, fibras...)</li> <li>▪ Combustíveis</li> <li>▪ Medicamentos</li> <li>▪ Recursos genéticos</li> </ul>	Benefícios obtidos da regulação dos processos ecológicos <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Regulação do clima</li> <li>▪ Regulação da erosão</li> <li>▪ Regulação do ciclo hidrológico</li> <li>▪ Regulação das pragas e doenças</li> <li>▪ Purificação da água e do ar</li> <li>▪ Polinização.</li> </ul>	Benefícios imateriais obtidos dos ecossistemas <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Religiosos e culturais</li> <li>▪ Recreio</li> <li>▪ Inspiração</li> <li>▪ Educação e conhecimento</li> <li>▪ Património cultural e paisagístico</li> </ul>	Necessários para a produção de todos os outros serviços <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Formação do solo</li> <li>▪ Ciclo dos nutrientes</li> <li>-Produtividade primária</li> <li>-Polinização e a dispersão de sementes.</li> </ul>

Durante os diálogos regionais os presentes contribuíram na identificação das principais ameaças a Biodiversidade e os ecossistemas, apresentando as possíveis soluções através das ações e medidas exequíveis nas suas comunidades e instituições:

- Desflorestação e fogos precoces descontrolados
- Degradação florestal para exploração da madeira
- Monocultura extensiva de caju
- Pastorícia tradicional e extensiva
- Pesca intensiva e sobre capacidade das frotas artesanais e industriais
- Utilização de métodos e engenhos de pesca nocivas

- Pesca ilegal, Não declarada, Não regulamentada
- Corte de mangal para fumagem do pescado
- Construção de acampamentos de pesca ilegal
- Agricultura tradicional itinerante “mpampam”
- Caça ilegal e não declarada
- Sobre carga da zona costeira/migração sazonal ou permanente
- Exploração mineira
- Crescimento demográfico
- Poluição
- Mudanças climáticas

## **8. Zonas Húmidas, um Capital Natural para conservação da Biodiversidade**

No que tange as zonas húmidas, reservatório de H<sub>2</sub>O doce, o território Guineense possui diferentes tipos de Zonas Húmidas, as quais ganham nomenclaturas diversas dependendo de tipologia do ecossistema e vegetação da região, sendo que algumas se localizam no interior do país, e outras na zona costeira. Elas constituem ecossistemas essenciais para a manutenção do equilíbrio ecológico e para o bem-estar das populações, além de regular todo o sistema hídrico das regiões, essencial para a biodiversidade

Muitas economias territoriais locais, provinciais dependem diretamente dos recursos das zonas húmidas, tais como peixes e animais silvestres, produtos florestais e madeira.

❖ Recursos renováveis associados as zonas húmidas são fundamentais para populações tradicionais.

❖ As zonas húmidas servem como áreas turísticas e atividades recreacionais, tais como, observação de aves e outros.

Para além destas funções que as zonas húmidas desempenham para o bem-estar das populações e a biodiversidade, existem enormes problemas sobre as zonas húmidas, devido ações antrópicas, tais como ocupação de espaços para construção de grandes infraestruturas, vazamento de lixos de diferentes categorias, acabando de poluir as zonas, aumento demográfico e expansão urbana, desflorestação, atividades agrícolas e lançamento de esgotos e outros resíduos nas zonas húmidas, sobrepesca de determinadas espécies e a pesca ilegal, mineração, exploração do petróleo e gás e no seu transporte, e projetos de desenvolvimento não sustentáveis: investimento em turismo, construção de hotéis e estradas.

## 9. Leis florestais suas contribuições na conservação da biodiversidade em benefício das populações locais

A floresta guineense ocupa uma superfície total de cerca de 2,034 milhões de hectares, ou seja, apresenta uma taxa de ocupação na ordem dos 56%, representado, por isso, uma maior importância económica, social e ambiental, nomeadamente, por permitir a produção de matéria prima para o consumo interno e a exportação, regularização do regime hidrológico e a defesa contra a erosão. • Por tudo isto, a floresta, no conjunto de todos os seus recursos, é um património nacional, suporte de um projeto de desenvolvimento que visa atingir a segurança alimentar e o crescente bem-estar do povo e, nessa base, deve ser considerada e protegida. • A consciência desta importância deve ser à percepção da sua fragilidade, pelo que o valor múltiplo que a floresta potencia não pode deixar de ser acautelado mediante a adoção de medidas legislativas adequadas, verdadeiramente capazes de assegurar, a longo prazo, a manutenção de tal riqueza – “Constantino Correia, Eng. Florestal”.

Por outro lado, os outros benefícios das florestas no ecossistema são os seguintes: Importância na cobertura do solo contra a erosão, fornecimento de matéria orgânica para o solo, reciclagem de nutrientes, alimentação para aves e animais silvestres, manutenção estabilidade térmica e umidade do solo, muitas espécies arbóreas apresentam propriedades medicinais., são importantes na manutenção da biodiversidade e muitas são usadas na alimentação humana, através de seus frutos e sementes e fonte de renda para povos que moram próximos as florestas, através do extrativismo de produtos florestais não lenhosos e redução do efeito estufa, através do consumo de CO<sub>2</sub> na fotossíntese.

Também durante o diálogo regional sobre Capital Natural e a Biodiversidade, os participantes identificaram vários problemas que colocam em causa a sobrevivência das florestas no nosso País, nomeadamente, alargamento ou criação das novas tabancas, corte abusiva de grandes árvores para fins comerciais desflorestação para fins agrícolas, plantação de cajueiros, queimadas constantes. Estas práticas negativas contribuem de que maneira na redução de chuvas que a maioria da população guineense depende para suas atividades agrícola e do aquecimento global do Planeta e a perda da cobertura vegetal no País, contribuindo deste modo no aumento de emissões de gases de efeito estufa.

As florestas cobrem cerca de 30% da superfície terrestre e realizam a fotossíntese da qual depende a vida: produção de oxigênio à partir do dióxido de carbono.

## 10. Mudanças Climáticas Ameaçam Capital Natural e a Biodiversidade

Foi outro tema objecto dos diálogos regionais, que permitiram os participantes aumentar os seus conhecimentos sobre o impacto das mudanças climáticas no tecido social, económico e ambiental.

A realização da COP21, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015, na qual foi discutido o Acordo de Paris, marcou o momento em que líderes globais reconheceram que as mudanças climáticas são reais e que grandes atitudes precisam começar a serem colocadas em prática imediatamente. As ações climáticas que os países se comprometeram a cumprir têm

impacto direto na promoção da saúde pública, animal e ambiental e do bem-estar das pessoas, já que tratam de mitigar as emissões de gases poluentes responsáveis por afetar a qualidade do ar e por inúmeras doenças crônicas e mortes prematuras.

Durante os diálogos regionais, os participantes reconheceram que as Mudanças Climáticas são visíveis nas suas comunidades, tais como as inundações verificadas no ano passado e que provocaram a perda de colheitas, colocando os agricultores a fome e a pobreza, da destruição de casas, escolas, causando muitas crianças em idade escolar fora do sistema educativo em algumas comunidades e até a perda de vida humana, por exemplo em Sector de Quinhamel, a casa desmoronou-se e matou uma mulher idosa. Por isso recomendaram ao governo no sentido de implementar uma política pública ao combate aos efeitos de Mudanças Climáticas, passando pela criação de espaços verdes e repovoamento florestal e criação de florestas comunitárias e proteção dos ecossistemas mangais.

Aprimorar o planeamento e ordenamento territorial e fortalecer a monitoria, fiscalização e responsabilização na elaboração e implementação dos planos;

Garantir a integração da Economia Verde-Azul e da agenda de crescimento verde nas prioridades nacionais de desenvolvimento, assegurando a conservação de ecossistemas, a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.

## 11. Conclusões

A sociedade guineense tem um papel fundamental no desenvolvimento de políticas e atividades voltadas para a preservação da biodiversidade em todas as regiões do País. Estes diálogos regionais permitiram os participantes aumentar os conhecimentos sobre a maneira de proteger a biodiversidade das ameaças de extinção das espécies, habitats e ecossistemas, valorizando todas as iniciativas e acompanhar as políticas públicas de conservação da biodiversidade, lutando para criar as florestas comunitárias que serão geridas por eles mesmos e com apoio do governo na elaboração de leis que regem o funcionamento das florestas comunitárias. Ainda estes diálogos regionais sobre capital natural permitiram os presentes identificar os principais problemas a volta dos capitais naturais e a biodiversidade, bem como as medidas a tomar para resolução dos mesmos, nomeadamente:

- a poluição do solo e falta de saneamento básico e inexistência de sítios apropriados para vazar o lixo, ou seja, falta de vazamento em todas as regiões, incluindo Sector Autónomo de Bissau.

- a fraca consciência ambiental no seio da população sobre a reciclagem dos lixos **(5RS)** tem contribuído na contaminação do lençol freático, conseqüentemente na proliferação das doenças nos bairros e nas tabancas, poluição nos mares e rios e mata de forma discriminada as tartarugas marinhas, que confundem com os seus alimentos (medusas ou *lam-lam*, em crioulo)

- o fraco conhecimento em técnica de produção de compostagem para fertilizar as áreas agrícolas obrigando a maioria das mulheres hortícolas a utilizar os

produtos químicos, com objectivo de fertilizar os seus campos horticolas para produção de legumes, prejudicando deste modo o solo.

-Outros problemas identificados, trata-se de sacos de plásticos nos centros urbanos ou comerciais, contribuindo na poluição marinha, principalmente nas cidades costeiras.

-a degradação do solo e a erosão costeira foi apontada pelos participantes como problemas que devem ser atacados pelos governantes, como forma de manter sempre as nossas praias bem limpinhas para valorizar o potencial ecoturismo no nosso País.

- a ausência de espaços verdes em quase todas as regiões, tornando às cidades cada vez mais vulneráveis às Mudanças Climáticas;

-a cedência de espaços urbanos para construção de habitações sem terem em conta a urbanização e criação de espaços de lazer e de zona verde e também falta de colaboração entre Comitês de Estados e as direções das florestas regionais no que concerne ao repovoamento florestal nesses espaços reservados para reflorestação, depois de cedência pelos ocupantes tradicionais para construção das infraestruturas.

## **12. Recomendações diálogos Regionais sobre Capital Natural e a Biodiversidade**

Considerando que uma sociedade baseada na exploração irracional da NATU-REZA, é uma sociedade que nega à VIDA;

Considerando que a educação ambiental é considerada um suporte pedagógico para aumentar conhecimento aos cidadãos e Mudanças de atitudes e comportamentos em relação a conservação da Biodiversidade e gestão durável dos ecossistemas para benefícios das comunidades,

Os participantes dos diálogos regionais (Bafata, Gabu, Cacheu, Biombo, Bolama e Bijagos, Quinara, Oio e Tombali) sobre Capital Natural e a Biodiversidade, recomendaram entre outros os seguintes:

### **12.1. As autoridades locais, religiosos e tradicionais**

- Reforçar a consciencialização ambiental no seio das autoridades regionais no sentido de implementarem política publica para a conservação da biodiversidade nas suas áreas de jurisdição;
- Incentivar as comunidades na criação de viveiros comunitários para repovoamento nas zonas degradadas e na criação das florestas comunitárias em cada região como forma de atenuar os impactos das Mudanças Climáticas e recuperação de perda de habitats para maioria de espécies animais e plantas;
- Reforçar a sensibilização no seio da população sobre o papel das Zonas Húmidas na conservação da Biodiversidade, evitando a sua destruição em detrimento pela construção das infraestruturas.

### 12.2. Ao Ministério de Educação

- Implementar a política pública de educação ambiental desde no Ensino Básico até nas Universidades existentes no País
- Reforçar a sensibilização no seio dos alunos e estudantes sobre o papel dos serviços dos ecossistemas terrestres e marinhos para as populações;
- Produzir manuais pedagógicos de Educação Ambiental para diferentes níveis de escolaridades sobre diferentes temáticas de Capital Natural e da Biodiversidade.

### 12.3. Ao Ministério de Agricultura e Floresta

- Diversificar cultivos adaptáveis às Mudanças Climáticas;
- Criar mecanismos de retenção das águas pluviais para benefícios dos agricultores e mulheres hortícolas nas regiões secas do País;
- Criar comitês de gestão das florestas comunitárias, de fiscalização sobre as explorações dos recursos naturais não renováveis e de vigilância nas áreas protegidas e fora delas;
- Realizar o inventário florestais como forma de identificar plantas e animais em via de extinção;
- Valorizar as florestas sagradas e a sua manutenção na conservação dos habitats de muitas espécies animais e plantas para gerações presentes e futuras
- Criar centros de conservação de sementes de qualidade para agricultura sustentável em benefício das comunidades locais;
- Valorizar planaltos “bafons” evitando a pressão sobre as florestas para fins da agricultura itinerante;
- Munir as Direções Regionais de Florestas com meios de transporte para combater corte abusiva das florestas nas Comunidades e na salvaguarda dos ecossistemas terrestres e nas zonas costeiras.

### 12.4. Ao Ministério de Ambiente e a Biodiversidade

- Encorajar o uso de energia renovável nas comunidades com vista a reduzir a poluição e aumento de aquecimento do Planeta Terra.
- Promover campanhas de repovoamento dos mangais nas Áreas Protegidas e na zona costeira para os benefícios das comunidades e recursos haliêuticos e espécies marinhas;
- Acompanhar aplicabilidade da moratória sobre o corte das árvores de grande valor comercial;
- Adotar um Plano anual de repovoamento dos Tarrafes e essências florestais e seguimento pelas comunidades locais
- Interditar a caça dos animais e aves migradoras, promovendo o ecoturismo responsável;
- Aumentar o investimento destinado a adaptação ao clima e a resiliência, nomeadamente através de serviços essenciais para criança e mulheres;
- Incluir os jovens em todas as negociações e decisões sobre **o clima** a nível nacional, regional e internacional, garantindo as suas participações nos próximos COPs.

### **12.5. As Organizações não Governamentais, a Sociedade Civil, associações juvenis e as comunidades**

- Incentivar a introdução de novas tecnologias amigas do Ambiente (fogões melhorados, apicultura melhorada para benefício das comunidades residentes das Áreas Protegidas e fora delas;
- Apoiar na Produção e na difusão dos programas radiofónicos sobre diferentes temáticas ambientais nas rádios comunitárias;
- Realizar campanhas de limpeza nos centros de cidades, para evitar jogar o lixo nas zonas húmidas, contaminação do lençol freático e espécies marinhas e ecossistemas costeiros;
- Sensibilizar constantemente as comunidades sobre impacto de Mudanças Climáticas no tecido social, económico e ambiental;
- Exigir as Empresas exploradoras dos recursos minerais a reabilitarem os espaços findo a exploração dos mesmos, evitando a erosão;
- Capacitar as associações das mulheres na transformação e valorização dos produtos florestais não lenhosos com vista a melhoria de condições de vida das populações locais e dieta alimentar nas cantinas escolares.

### **12.6. Aos órgãos de comunicação sociais**

- Apoiar no reforço da consciência ambiental no seio das comunidades, instituições privadas e públicas sobre diferentes temáticas no domínio da conservação da biodiversidade, Leis do Ambiente, florestal e recursos naturais não renováveis através de programas radiofónicos e spots radio a nível do País;
- Apoiar na capacitação dos profissionais de Comunicação social no domínio de comunicação ambiental.

## **13. Recomendações Diálogos Regionais sobre Capital Natural e a Biodiversidade no Sector Autónomo de Bissau**

Depois da cerimônia de abertura e de encerramento presidida pelo Dr. Justino Biai, Director Geral do IBAP, Dr. Alfredo Simão da Silva, na presença do Dr. Mário Dias Sami, Deputado Vitalício e Conselheiro do Presidente da ANP e Prof. Nicolau Mendes, Director Executivo da ONG Palmeirinha; após apresentação de 4 painéis sobre Capital Natural e a Biodiversidade, seguido de um debate frutuoso em torno dos mesmos, os participantes do Diálogo Regional sobre o Capital Natural e a Biodiversidade, no Sector Autónomo de Bissau, recomendam os seguintes:

### **13.1. Ao Ministério de Agricultura e floresta**

- Que sejam publicadas e acessíveis as leis e regulamentos existentes em relação cortes das arvores;
- Que sejam fiscalizadas as ações do governo sobre as políticas públicas de gestão e utilização durável das florestas;
- Que seja realizada ornamentação florestais nos centros urbanos e rurais;

- Que sejam procurados novos mecanismos de substituição ou redução considerável da exploração de carvão de cozinha
- Que sejam introduzidos fogões melhorados para cozinha em todas as tabancas das Áreas Protegidas e fora dela, reduzindo o consumo exagerado da energia lenhosa;
- Que seja realizada uma campanha de repovoamento nas áreas degradadas para mitigação de impacto de alterações climáticas;
- Que sejam implementadas políticas públicas de criação de florestas comunitárias e sagradas, contribuindo na mitigação as Mudanças Climáticas

### **13.2. Ao Ministério de Educação Nacional**

- Que seja implementada educação ambiental nos currículos escolares, para que as informações sobre meio ambiente cheguem a todos e em especial para as crianças crescem com a mentalidade de conservação;
- Que sejam reforçadas as atividades de educação, informação sensibilização, divulgação sobre importância da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, quer no meio formal, quer no meio informal;
- Que seja incentivada a produção literária nos currículos escolares, publicação dos artigos, teses, jornais e panfletos no domínio de conservação e da valorização da biodiversidade.

### **13.3. Às ONG's, Associações e Sociedade Civil**

- Que sejam incentivadas a criação e valorização das associações de jovens locais para realizar actividades de sensibilização, de promoção para conservação de recursos naturais e de controle dos recursos das suas zonas;
- Que sejam valorizados meios de comunicação social para difusão dos conteúdos ambientais;
- Que sejam criadas ações alternativas de desenvolvimento comunitário de modo diminuir a pressão sobre os recursos;
- Que sejam realizadas sessões de cinema-debate continua a nível parlamentar, escolar e comunitária sobre as boas práticas sustentáveis dos recursos;
- Que sejam promovidas sessões de informações sobre a importância de zonas húmidas e o perigo de construção de habitações nestas zonas e responsabilizar a Câmara Municipal da Bissau pelas atribuições de licença e danos causados a esses ecossistemas.

### **13.4. Às comunidades locais**

- Que seja criado comité de gestão de recursos naturais a nível de cada tabanca;
- Criação de viveiros e florestas comunitárias em cada comunidade como forma de combater Mudanças Climáticas, reduzindo desastres ecológicos (inundações, destruição de habitações e infraestruturas escolares).

### **13.5. Ao Ministério do Ambiente e Biodiversidade**

- Que sejam implementadas e divulgadas as leis do Ambiente no seio das comunidades e órgãos de comunicação sociais e benefício da biodiversidade para as comunidades residentes das Áreas Protegidas e fora delas
- Que seja criado fórum de concertação entre parceiros no sentido de fazer chegar à informação as instituições e as comunidades;
- Que sejam obrigadas as instituições, comunidades e as pessoas individuais respeitarem as leis de proteção do meio ambiente;
- Que recursos de património natural e mundial sejam públicos ou partilhados;
- Que o Governo se engaje na aplicabilidade das normas e leis existentes sobre a exploração dos recursos e energias não fósseis ou biomassa;
- Que seja elaborado um plano de ação de conservação de médio e longo prazo para o governo introduzir e implementar no programa da governação;
- Que sejam desencadeadas sessões de Lobby e Advocacia juntos dos decisores políticos sobre a importância dos serviços que ecossistemas prestam à população;
- Que seja criado um protocolo de acordo que regularizem a exploração de capital Natural.

### **13.6. Ao Ministério de Administração e Poder local**

- Que sejam proibidas criações das novas tabancas;
- Que seja pensado nos projectos de apoio reciclagem dos lixos;
- Que seja utilizado produtos ecológicos e biodegradáveis;
- Que sejam protegidas e conservadas as zonas húmidas;
- Fazer participar diferentes entidades aquando das iniciativas de explorações de quaisquer que sejam recursos;
- Que seja realizada em cada mês campanha de recolha dos lixos em diferentes zonas e áreas como forma de evitar a contaminação do lençol freático ou poluição do solo;
- Que seja elaborado um projecto ambiental com as estruturas alargadas nos bairros do Capital, para realizarem as limpezas e sensibilizações;

### **13.7. Às Rádios Comunitárias, privadas e comerciais, Televisão e jornais**

- Que seja reforçada sensibilização nos diferentes níveis de sociedade sobre os nossos recursos naturais através de órgãos de comunicação sociais, grupos organizados das mulheres, associações de base e grupos teatrais.

## **14. Agradecimento**

A ONG PALMEIRINHA agradece vivamente ao Programa de Pequenas Subvenções, a Fundação MAVA, ao GEF, ao PNUD e ao Governo da Guiné-Bissau pela confiança depositada na nossa instituição para promover os

Diálogos Regionais sobre Capital Natural, a Biodiversidade e impacto das Mudanças Climáticas, sem a qual não seria possível a sua realização.

Aos Consultores nacionais e internacionais que nos facultaram a metodologia para conduzir os referidos Diálogos Regionais sobre Capital Natural e a Biodiversidade, sem a qual seria difícil alcançar os objetivos definidos no âmbito deste projeto.

As Autoridades regionais, organizações não governantes, sociedade Civil, associações juvenis, poderes religiosos e tradicionais, e aos Diretores das Áreas Protegidas de forma sabia como contribuíram na realização dos referidos diálogos nas suas áreas de jurisdição.

## 15. Anexos



**Fot.1: O ambiente do diálogo regional sobre capital Natural e a biodiversidade realizado na Casa de Ambiente e Cultura de Bubaque**



**Fot.2: Ambiente durante a apresentação do tema sobre s benefícios da biodiversidade para as comunidades das Áreas Protegidas**



**Fot.3: Ambiente de debate em torno do tema papel da biodiversidade, ameaça, as ações e medidas adotar pelas comunidades locais**



**Fot.4: Ambiente de debate em torno do tema papel da biodiversidade, ameaça, as ações e medidas adotar pelas comunidades locais**



**Fot.5: Ambiente de debate em torno do tema papel da biodiversidade, ameaça, as ações e medidas adotar pelas comunidades locais**



**Fot.6: Ambiente de debate em torno do tema papel da biodiversidade, ameaça, as ações e medidas adotar pelas comunidades locais**



**Fot.7: Uma participante afirmando que as mudanças climáticas afetam mais as mulheres e as crianças, por isso devemos combatê-las, conservando às zonas húmidas.**



**Fot.8: Sessão de trabalho de grupo em Bubaque para identificar as ações e medidas adotar para valorizar a biodiversidade em Bubaque**



**Fot.9: Sessão de trabalho de grupo em Bubaque para identificar as ações e medidas adotar para valorizar a biodiversidade em Bubaque**



**Fot.10: Uma comunicação em torno da Saúde Única pelo Comunicador da OMS em Catió**



**Fot.11: Sessão de cerimónia de abertura do Diálogo Regional sobre Capital Natural e a Biodiversidade em Gabu**



**Fot.12: Sessão de cerimónia de abertura do Diálogo Regional sobre Capital Natural e a Biodiversidade em Quinhamel**



**Fot.13: Sessão de trabalho de grupo em Bubaque para identificar as ações e medidas adotar para valorizar a biodiversidade em Quinhamel**